

UM DIÁLOGO BAKHTINIANO COM L. A. MARCUSCHI

Adail SOBRAL
(FACIS – UNIMEP)

ABSTRACT: L. A. Marcuschi apresentou recentemente uma relevante proposta de exame da relação entre "forma textual" e "gênero", proposta que, também em função do legítimo interesse didático que se pode perceber nas propostas do autor, permanece no texto como unidade de base, mas indica um importante momento de transição do ponto de vista do autor no tocante à integração entre texto, discurso e gênero. Marcuschi afirma, entre outras coisas, que "não há relação de biunivocidade entre texto e gênero", alegação com que pretendo dialogar a partir da concepção de gênero e de discurso do Círculo de Bakhtin a fim de demonstrar que (1) essa proposta de Marcuschi constitui uma relevante contribuição à distinção entre "gênero textual" e "gênero discursivo" (ou "tipo de texto" e "gênero"), (2) em função de suas características, propõe uma produtiva integração entre o "trato textual" e o que denomino "trato genérico" e (3) permite situar a perspectiva do autor numa proposta de estudo do gênero centrada no discurso como mediador entre o gênero e o texto.

KEYWORDS: Gênero textual, gênero discursivo, L. A. Marcuschi.

Introdução

L. A. Marcuschi apresentou recentemente uma relevante proposta de exame da relação entre "forma textual" e "gênero", proposta que, também em função do legítimo interesse didático que se pode perceber nas propostas do autor, permanece no texto como unidade de base, mas indica um importante momento de transição do ponto de vista desse autor no tocante à integração entre texto, discurso e gênero. Pretendo dialogar com essa proposta de Marcuschi a partir da concepção de gênero e de discurso do Círculo de Bakhtin, a fim de demonstrar que essa proposta de Marcuschi

- (1) constitui uma relevante contribuição à distinção entre "gênero textual" e "gênero discursivo" (ou "textualizações" e "gênero");
- (2) propõe, em função de suas características, uma produtiva integração entre o "trato textual" e o que denomino "trato genérico"; e
- (3) permite situar a perspectiva do autor, de maneira mais clara, numa proposta de estudo do gênero centrada no discurso como mediador entre o gênero e o texto.

Texto e gênero: o “local” e o “global”

Venho tentando demonstrar em diversos trabalhos que a designação “gêneros textuais”, caso se refira apenas ao aspecto lingüístico estrito, podem ser melhor entendidos como “tipos de textualização”, o plano do “local”, ainda que vital, achando-se subsumidos aos “gêneros discursivos” propriamente ditos, que têm amplitude “global”, incorporando tanto os textos como os discursos, no âmbito das esferas de atividade, componente essencial do conceito de gênero, e que isso torna coerente a proposta de diferenciar “gêneros de discurso/discursivos” - como formas de inserção do discurso em “lugares” sócio-históricos - e “gêneros textuais” como formas específicas de materialização dessa inserção, sem que haja uma correlação necessária entre um dado tipo de textualização e um dado gênero.

Afirmá-lo não implica negar as cristalizações textuais existentes, que, de tão “naturalizadas”, dão a impressão de que a escolha de um gênero é um ato intuitivo que já implica uma dada forma textual. Não estou me opondo ao uso deste ou daquele termo

ou expressão, mas argumentando em favor de uma definição mais precisa, porque a meu ver a expressão “gênero textual” tem permitido ou autorizado em alguns casos uma compreensão errônea do conceito de discurso e mesmo de gênero, o que prejudica a riqueza e virulência desses dois conceitos, e, no processo, paradoxalmente, deixando de dar o devido valor às formas textuais, às textualizações, ou às textualidades, de que nenhuma análise de discurso que incorpore a idéia de gênero pode prescindir, sob pena de tornar-se um estudo de práticas sociais em que não há linguagem, nem, por conseguinte, seres humanos.

Creio que isso se deve precisamente ao fato de a redução da idéia de gênero a formas textuais implicar uma separação entre texto e contexto, em vez de reconhecer que essas são instâncias que se pressupõem mutuamente: no estudo da linguagem, não há texto sem contexto nem contexto sem texto. E o conceito de gênero permite precisamente explorar de várias maneiras produtivas essa relação de pressuposição mútua. Casbe esclarecer que não digo com isso que não haja ou não deva haver um “trato textual”, mas que este deve estar inserido no “trato genérico”.

A proposta de L. A. Marcuschi

L. A. Marcuschi (2005) apresentou em recente palestra no III SIGET uma interessante proposta voltada para demonstrar que “forma textual” se distingue de “gênero”. Essa proposta, também em função do legítimo interesse didático que se pode perceber em sua obra, por vezes permanece no texto como a noção de base, mas em outros pontos caminha para reconhecer mais plenamente que esse papel cabe ao gênero, apesar da centralidade do texto para toda análise em termos de gênero. A meu ver, Marcuschi dá nessa palestra um passo além na integração entre texto e gênero, e de uma maneira bastante produtiva. Marcuschi afirma que “não há relação de biunivocidade entre texto e gênero”, alegação que constitui uma importante contribuição para reconhecer que “textualidade” e “gênero” são dois planos distintos, mas que, não obstante, só podemos entender e explorar se os tomarmos em conjunto.

Ao falar de “propósitos do gênero”, Marcuschi aproxima-se ainda mais do discursivo, especificando aí sua filiação bathiana (Bathia, 1993) do sentido dado a essa expressão, pois postula que o discurso relatado é modificado ao entrar em novo contexto. Por “filiação bathiana” designo o fato de essa formulação tão bakhtiniana ser resignificada por Marcuschi passando pela formulação de Bathia. Além disso, “propósitos de gênero” é modalizado explicitamente por Marcuschi quando este aborda adiante a questão da mudança dos gêneros e dos propósitos de gênero. Por outro lado, ao falar de “trato textual do gênero”, o autor retorna à forma textual como a base, desconsiderando de certo modo a idéia, que ele mesmo evoca, do “trato genérico” como a “base” do “trato textual”, do gênero como aquilo que confere sentido à forma textual e que determina sua escolha numa dada circunstância histórico-social. Podemos ver assim que Marcuschi busca articular esses dois planos e que o faz com cuidado ao insistir na presença do texto e do contexto, ou do texto e do gênero, dando contudo a impressão em alguns pontos de oscilar entre o “trato textual” e o “trato genérico”.

Marcuschi sustenta, modalizando com “aproximadamente”, que, “ao escolher um gênero, já se escolhe aproximadamente uma forma textual, mas a recíproca não é verdadeira”, isto é, ao escolher um texto, uma forma textual, não se escolheria necessariamente um gênero. Assim, reconhecendo que a forma textual per se não identifica nem leva compulsoriamente a um gênero, Marcuschi sustenta porém que um gênero levaria “aproximadamente” a uma forma textual. É certo que, no decorrer da palestra, isso se altera; com sua forte capacidade didática, o autor recorre ao exemplo do

relatório oficial do Graciliano Ramos prefeito, relatório que acaba por ser “apropriado” pela esfera literária – logicamente porque o prefeito era autor literário, isto é, o texto em si é de outro gênero, mas a posição enunciativa do autor na esfera literária faz que esse texto seja apropriado por outro gênero!

Paradoxalmente, Marcuschi parece num dado momento restringir “propósitos de gênero” a “propósitos de texto”, mas, ao referir-se à imprecisão das fronteiras entre gêneros, bem como a imbricações intergenéricas e “interpropósitos” sistemáticas, atribui ao que diz um caráter mais discursivo do que estritamente textual, reconhecendo que as fronteiras textuais são bem mais facilmente identificáveis do que as de gênero.

Ressignificar a proposta de Marcuschi à luz de Bakhtin

Tal como a linguagem, os gêneros são a meu ver “sistemas históricos”, ou seja, unem em si o estável (sistema) e o instável (histórico), e dessa perspectiva destaco a junção que Marcuschi faz entre “imprecisão” e “sistematicidade” ao abordar o gênero do ponto de vista dos problemas de sua didatização. Nos meus termos, o gênero é de fato um dispositivo (mas não um artefato) sistemático, sem o que cairíamos na total instabilidade, mas ao mesmo tempo exhibe fronteiras imprecisas, ao ser dotado de uma instabilidade relativa sem a qual cairíamos na total estabilidade e, portanto, na morte do sentido – que, como se sabe, só pode nascer da diferença.

Mutatis mutandis, os propósitos genéricos e intergenéricos se combinam e mudam, se assimilam e entram em conflito etc., algo que, se se percebe nos textos como materialidade, não se restringe a eles. Defendo assim a idéia de que a intertextualidade, a interdiscursividade e a intergenericidade são instâncias constitutivas dos textos, não se podendo ver estes últimos apenas em termos de uma delas. A primeira designa a presença de tipos de enunciados, ou mesmo de enunciados, de outros textos, num dado texto. A segunda remete a situações enunciativas que se apresentam no interior de outras situações enunciativas. E a terceira se refere a cristalizações relativamente estáveis de situações enunciativas no âmbito das esferas de atividade, ou seja, à organização das discursividades segundo recortes sócio-históricos específicos do mundo humano – precisamente aquilo que faz um gênero “escolher” um texto, mas não vice-versa.

E há entre elas uma hierarquia dialética, se assim se pode dizer, advinda do estatuto dos termos que sucedem “inter” e são por ele modificados: a genericidade é um recorte ideológico do mundo que recorre a certos tipos de enunciados/discursos relativamente estáveis, não necessariamente a certos enunciados/discursos, mas a certos tipos de enunciados/discursos. E estes recorrem a certos tipos estáveis de textualização, mas não necessariamente a certas textualizações estáveis. Ao longo do tempo, há certa cristalização dos gêneros em termos de certas formas de textualização, mas sem fixidez, porque os gêneros se acham em constante atividade de mudança.

Como os textos não estão diretamente ligados a esferas de atividade, ao contrário dos gêneros, que aí surgem, circulam, etc., e dos discursos, que atualizam ou realizam os gêneros, e como os 4 tipos de texto de fato discerníveis – descritivo, narrativo, dissertativo e instativo ou institutivo (o dos manuais, receitas etc., que instituem saberes e formas de agir) – se combinam de diversas maneiras, mesmo em casos próximos de formas “puras”, podemos ver os textos como o plano material de realização dos discursos e gêneros. Pois o que confere sentido ao texto é sua convocação em discurso/pelo discurso no âmbito de algum gênero, o que implica uma dada esfera de atividades e, portanto, uma dada maneira social-histórica-ideológica de recortar o mundo no âmbito de cada esfera.

O que mobiliza esses tipos de texto são as estratégias discursivas, os funcionamentos discursivos, que lhes impõem inflexões e formas de realização/estruturação a partir de um dado projeto enunciativo, de uma dada arquitetônica, que constitui o arcabouço no qual o tema, o estilo e a forma de composição unem o histórico do gênero à expressão individual de cada locutor, realizando atos simbólicos (no sentido filosófico amplo de simbólico) que são a um só tempo estáveis e instáveis, objetivos e subjetivos, cognitivos e práticos, textuais e discursivos/genéricos. Assim, tema, estilo e forma de composição só fazem sentido no âmbito de uma arquitetônica, sempre autoral, e o texto é o plano do material; o conteúdo é o mundo humano; e a forma é o gênero.

Não se vê o mundo para então escolher um gênero, um discurso, um texto – vê-se o mundo com os olhos do gênero, e portanto dos discursos a ele ligados, não do texto, embora este seja a realidade imediata que o analista encontra em seu trabalho e dele deva partir, e apesar de o locutor ter como realidade imediata as coerções do texto, antes mesmo de enunciar. Se não há gênero ou discurso que se realize sem texto, não há texto que exista sem discurso e sem gênero, exceto como meros sinais em alguma superfície, um “não-texto”, portanto, ao menos em termos verbais.

Minha reflexão bakhtiniana pode assim ser resumida nos seguintes termos.

- a) Nenhum estudo discursivo pode prescindir dos aspectos lingüístico-textuais de seu objeto, que constituem parte vital deste,
- b) Nenhum estudo discursivo pode prescindir dos aspectos sócio-histórico-ideológicos.
- b) Nenhum estudo discursivo pode restringir-se aos aspectos sócio-histórico-ideológicos.
- c) Nenhum estudo discursivo pode restringir-se aos aspectos lingüístico-textuais de seu objeto.
- d) Nenhum estudo discursivo tem portanto legitimidade se não considerar seu objeto uma unidade que articula os aspectos lingüístico-textuais, que envolvem enunciados, e os aspectos sócio-histórico-ideológicos de seu objeto, que envolvem a enunciação e, portanto, a situação de enunciação, em seus aspectos de produção, circulação e recepção.

Do ponto de vista das relações entre texto, discurso e gênero, e nisso concordo com Marcuschi, as formas textuais de fato não podem escolher um gênero discursivo. Contudo, e nisso discordo de Marcuschi, o gênero discursivo também não está vinculado necessariamente a determinadas formas textuais. Assim, vou encerrar esta reflexão reinterpretando bakhtinicamente duas propostas de Marchuschi, no que pode parecer uma solução de compromisso, mas é antes a ressignificação de um confronto necessário e inevitável que constitui uma maneira de demonstrar que o conceito de gênero discursivo se acha fundado em categorias discursivas de um certo tipo que não excluem, mas antes ampliam, as categorias textuais.

Assim, lanço mão do que Marchuschi chama de imprecisão de fronteiras do gênero e a incorporo à idéia de gênero discursivo como recorte ideológico da realidade, e faço o mesmo com a noção de “propósitos de gênero”, também sugerida por Marcuschi, que remete nos meus termos ao gênero como organizador da enunciação, como plasmador da realização de propósitos enunciativos. Considero que Marcuschi se acha “em transição” e que várias propostas suas podem vir a ser importantes numa produtiva conciliação entre 3 elementos relevantes da questão do gênero que interessam de perto aos estudiosos do gênero e do discurso:

- (1) As textualizações (em vez de gêneros textuais no sentido aqui criticado) como a materialidade que dá acesso ao gênero discursivo;
- (2) O gênero discursivo é um recorte ideológico da realidade que mobiliza textualizações e as tem como seu aspecto formal no âmbito da discursividade; e
- (3) As vicissitudes, algumas delas apontadas recentemente por Rojo (2005), Padilha (2005) e Barros Mendes (2005), por exemplo, de resolver questões de escolarização, transposição didática e didatização dos gêneros a partir da exploração da imprecisão das fronteiras dos gêneros em sua relação com as cristalizações de formas textuais associadas frequentemente, mas não necessariamente, a certos gêneros.

Logo, a designação “gênero textual”, nos casos em que é usada não como designação de relações “texto-contexto”, mas como substituto do conceito de gênero de discurso/discursivo, privilegia indevidamente o texto, ao tomá-lo como se prescindisse de um contexto. Do mesmo modo, uma perspectiva que vê o contexto como se este prescindisse de um texto, como se houvesse no mundo humano uma prática “sem discurso”, distorce o conceito de gênero. Trata-se de propostas que não cabem no âmbito da teoria bakhtiniana, que foi afinal a iniciadora da idéia de gênero, propostas que em vez de reconhecer que texto e contexto são dois planos articulados, os vê como realidades estanques. Claro que se pode estudar só um texto ou só um contexto, mas para isso não se precisa do conceito de gênero, além de em nenhum dos casos se estar estudando a linguagem, mas duas materialidades específicas que, se isoladas, em última análise perdem o sentido. Detalhando, minha proposta se configura nas seguintes afirmações:

1. Não há uma correlação necessária entre um dado gênero e uma dada forma textual;
2. O discurso é o espaço de mobilização das textualidades em termos de sua inserção genérica;
3. As formas textuais apontam para gêneros que as mobilizam costumeiramente e, por isso, ao escolher um gênero, evocam-se a(s) forma(s) textual(ais) típica(s) desse gênero, ou seja, as formas que uma tradição genérica tornou mais comumente mobilizadas;
4. A escolha do gênero advém da relação interlocutiva específica do discurso específico nos termos da esfera de atividades, das práticas sociais mediadas pela linguagem; e
5. É a inserção genérica do discurso que determina a escolha da forma textual, e, mais do que isso, das próprias palavras, que, por conseguinte, podem variar no interior de um mesmo gênero sem que por isso o alterem substancialmente, mas impondo-lhe sempre diminutas mudanças que um dia podem transformá-lo, ou transtorná-lo, se pensarmos de outra perspectiva.

Essa proposta, como se pode ver, não faz o fiel da balança pender ilegitimamente para o gênero discursivo em detrimento dos demais aspectos, dado que não desprezo o aspecto textual, mas atribuo-lhe o que julgo ser seu devido lugar: um elemento vital da forma composicional, parcela vital da forma arquitetônica, que é o locus da articulação autoral do gênero – e autoral aqui, vale insistir, não designa tão somente o autor individual, mas a atividade autoral em geral no âmbito do gênero, a plasmação arquitetônica. As formas textuais, ou textualizações, se alteram com maior

frequência do que os gêneros, ou as generificações, e as formas discursivas, ou discursivizações, ponto de ligação entre texto e gênero, imprimem ao texto as “regras do gênero” – com suas fronteiras imprecisas e suas sedimentações, umas e outras histórico-sociais.

É portanto legítimo afirmar que texto não se confunde com discurso nem os dois com gênero; o discurso e o gênero definem a textualização no plano mais amplo das estruturas arquitetônicas, no plano dos todos de sentido; o discurso é definido nos termos do gênero e a “tradução” discursiva do gênero é que produz textualidade. Assim, o texto é entendido como o elemento mais importante do empreendimento de análise do discurso, porque sem a materialidade do texto não há discurso nem gênero, e como o menos importante, porque sem discursividade/genericidade, nenhum texto tem sentido (smysl em russo), reduzindo-se à significação (znachenie em russo), advinda de, e refletindo, um dado estágio histórico-social de estabilização da língua e dos planos frástico e transfrástico (no caso do texto verbal), elementos que não interessam per se a uma teoria enunciativa, sendo contudo um nível subsidiário de sua análise, um sine qua non, mas nunca o ponto de chegada.

Essas considerações revelam ser necessário, para haver coerência no trabalho com gêneros, desenvolver parâmetros aceitos de uma metodologia eficaz de trabalho que não privilegie nem o “trato textual” nem o “trato genérico”, mas que, partindo de um ou de outro, no final reconheça, teórica e praticamente, que sua mútua pressuposição é o real espaço de surgimento do sentido no mundo humano. (Uma proposta em vias de reformulação, no sentido de maior exploração didática, está em SOBRAL, 2006.)

O lingüístico e o translingüístico: em busca de uma conclusão

Pensar as cristalizações ou sedimentações de formas textuais, que sempre se manifestam em gêneros, como estando associadas de uma vez por todas a determinados gêneros faz que o próprio conceito de gênero discursivo perca o sentido, pois corremos o risco de considerar gêneros formas textuais fixas e imutáveis, seccionando a linguagem daquilo que é tanto seu ponto de partida como seu ponto de chegada: o mundo das práticas humanas, sempre simbólicas (no sentido semiótico do termo) e toda a sua instabilidade em meio à estabilidade: teremos um mundo de linguagem e de discurso composto apenas por formas da língua e formas textuais, o que nega a validade do próprio conceito de enunciação, configurada, na feliz formulação de Ricoeur, a partir de idéias de Benveniste: o enunciado faz a linguagem regressar ao mundo, o que supõe ter o enunciado vindo do mundo. E, permito-me acrescentar, a análise do enunciado faz o mundo de que ele vem, e de que é parte, desvelar-se por meio da linguagem em uso.

Não haverá nas tentativas de “textualizar” o discurso o temor de que o “lingüístico” escape à lingüística no momento em que o analista se ocupa do real locus da produção do sentido, que é a interação social e histórica, mutável por definição, o “espaço” dos gêneros como recortes do mundo e dos discursos como interface entre gênero e texto? Nesse sentido, não terá chegado a hora de aceitarmos de fato que a ordem do lingüístico não é de modo algum estritamente lingüística, ou seja, o fato de que, se fora do texto não há salvação (Greimas), só no texto também não?

É assim vital para o entendimento da radicalidade e produtividade de uma análise em termos de gênero o postulado da ausência de correlação necessária entre uma dada forma textual e um dado gênero, em associação com o postulado de que todo texto é parte de algum gênero e o de que o discurso é a instância de mediação entre texto e gênero. Nesse sentido, afirmo que os chamados “gêneros textuais” são traduzidos de modo mais produtivo, no âmbito da obra do Círculo de Bakhtin, precisamente como

“textualização”, “textualidade” ou “forma textual”, elemento contingente do plano composicional, ou do objeto exterior, mas não do plano arquitetônico, do objeto discursivo, este sim necessário a um dado “projeto enunciativo” de recorte do mundo que recebe a designação “gênero discursivo” – ainda que a materialidade textual seja a “cenografia” com que todo analista entra em contato.

Referências

- BARROS MENDES, Adelma das Neves Nunes (2005). A linguagem oral nos livros didáticos de Língua Portuguesa 3º e 4º Ciclos: Algumas reflexões. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP.
- MARCUSCHI, L. A. Exercícios de compreensão ou cópia nos manuais de ensino de língua? Revista Em Aberto. Brasília: INEP-MEC, 1996.
- _____. Os desafios da identificação do gênero textual nas atividades de ensino: propósitos comunicativos versus forma estrutural. Palestra proferida no III SIGET, UFSM, Santa Maria, 2005.
- _____. (2002) Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R., BEZERRA, M. A. (Orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, p. 19-36.
- MARKOVÀ, I. E FOPPA, K. (1991) (Orgs.). The Dynamics of Dialogue. London: Harvester Wheatsheaf.
- PADILHA, Simone de Jesus (2005). Os gêneros poéticos em livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental: uma abordagem enunciativo-discursiva. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP.
- ROJO, R. (2005). Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: Meurer, J. L., Bonini, Adair e Motta-Roth, Désirée (orgs.). Gêneros: teorias, métodos, debates. São Paulo, Parábola, 2005, p. 184-207.
- SOBRAL, A. U. ----. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. Bakhtin: Conceitos-Chave. São Paulo, Contexto, 2005a, p. 11-36.
- _____. Ético e estético - Na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. Bakhtin: Conceitos-Chave. São Paulo, Contexto, 2005b, p. 103-121.
- _____. Bazerman, Gênero e Bakhtin. Mensagem enviada à CVL, 08 de março de 2005. In: <http://groups.yahoo.com/group/CVL/message/7407>.
- _____. Gêneros discursivos e apropriação do mundo: uma proposta bakhtiniana. Palestra proferida no dia 7 de novembro de 2005, por ocasião da III Jornada de Letras – Linguagem e Cultura em Diálogo, promovida pela Universidade de Mogi das Cruzes.
- _____. Gêneros textuais ou tipos de textualização? Comunicação apresentada ao III SIGET, UFSM, Santa Maria, 2005.
- _____. Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.